

O USO DE FONTES
NA COBERTURA
POLICIAL NO
JORNALISMO
ONLINE NO
AMAPÁ: ESTUDO
DOS SITES
G1 AMAPÁ E
SELESNAFES.COM

[ARTIGO]

Antonio Carlos Sardinha
Abinoan Santiago

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho dedica-se a estudar como as fontes jornalísticas são usadas pelos sites G1 Amapá e SelesNafes.com nas matérias de cobertura policial. A análise quantitativa e qualitativa demonstra amplo predomínio do uso das fontes oficiais pelos veículos de comunicação em foco, deixando em evidência, na maioria das vezes, apenas um lado da versão sobre determinado fato. O referido estudo aponta para os riscos que os portais de notícias podem ter ao utilizar e confiar somente nas informações repassadas por fontes oficiais, afetando diretamente na vida dos atores envolvidos, a exemplo de uma condenação ou absolvição prévia.

Palavras-chave: Jornalismo. Polícia. Fontes Jornalísticas. Amapá.

This article is dedicated to study how journalistic sources are used by G1 Amapá and SelesNafes.com on police news. The quantitative and qualitative analysis demonstrates a frequente use of official sources by the medias, leaving in evidence, in most cases, only one version of a fact. This study points to the risks to which the news portals are exposed when using and relying only on information provided by official sources, affecting directly the lives of the actors involved, such as previous conviction or acquittal.

Keywords: Journalism. Police. Journalistic Sources. Amapá.

Este trabajo se dedica a estudiar cómo las fuentes periodísticas son utilizadas por los sitios “G1 Amapá” y “SelesNafes.com” en materia de cobertura de la policía. El análisis cuantitativo y cualitativo demuestra el uso más frecuente de fuentes oficiales, dejando en evidencia, en la mayoría de los casos, sólo una versión del hecho en las noticias. El estudio señala el riesgo que los portales de noticias pueden tener por utilizar y confiar únicamente en la información transmitida por las fuentes oficiales, que afectan directamente la vida de los actores implicados, por ejemplo, con condena o absolución previa.

Palabras clave: Periodismo. Policía. Fuentes periodísticas. Amapá.

INTRODUÇÃO

Uma das características da estrutura da notícia é o uso de fontes jornalísticas, segundo Lage (2002). Elas podem ser classificadas de diferentes formas e são comuns na construção de um texto informativo, com sua utilização na forma direta ou indireta.

As fontes, no entanto, não eram usadas no passado de maneira semelhante aos tempos atuais. Charron e Bonville (2004) dizem que uma das fases iniciais do jornalismo adaptada às demandas sociais foi o “jornalismo de transmissão”, surgido no século XVII e que tinha como função repassar a informação das fontes diretamente ao público, sem alterações de conteúdo. Ou seja, consistiam nas chamadas gazetas feitas em impressoras com o “objetivo de difundir correspondências, anúncios e informações em geral” (SOUSA, 2014, p. 3).

Somente com o surgimento da figura do repórter, por volta de 1870, passou-se a utilizar efetivamente as fontes como fornecedoras de informações, deixando o jornalista à margem da opinião nos textos considerados informativos, segundo Chalaby (2003). Ele acrescenta que a criação do posto de repórter ocorreu a partir da característica funcional de ir atrás da notícia, considerando fatos de relevância social.

Como o passar do tempo, o jornalismo sofreu mudanças, mas as fontes permaneceram como as principais formas de conseguir informações. Para Wolf (1999), as fontes são um fator determinante para a qualidade da informação produzida pelos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, conhecer o modo de uso e a natureza

das fontes no trabalho de reportagem é uma forma de observar a qualidade da produção da informação, ao considerarmos que a pluralidade de discursos em torno de um fato noticioso pode ser traduzida em um debate de interesse coletivo pela configuração do jornalismo como espaço para confrontos discursivos (CHAPARRO, 2001).

Com base na importância da fonte para construção do jornalismo como linguagem do conflito nos termos assinalados acima, este trabalho propõe analisar o uso e tipologia das fontes utilizadas nas coberturas policiais do G1 Amapá e SelesNafes. Com. O estudo analisou de maneira qualitativa e quantitativa as matérias produzidas no período de 1º a 10 de abril de 2015, com a proposta de identificar a presença e o perfil das fontes.

Os dois veículos são usados neste trabalho por terem as maiores audiências de sites de notícias no estado do Amapá. A soma de acessos de ambos chega a quase dois milhões de usuários mensais, segundo dados fornecidos pelos próprios veículos. Além disso, eles têm a cobertura policial de maneira diária, com publicação de textos noticiosos sobre fatos envolvendo casos de polícia. Para fins de análise, foram colhidas matérias jornalísticas de ambos.

Além disso, os conteúdos jornalísticos da editoria de Polícia produzidos pelos sites atendem aos critérios de noticiabilidade mais básicos, sobretudo porque o meio digital requer atualização rápida e dinâmica. Sobre os critérios de noticiabilidade, Traquina (2005) pontua que a exemplo da

“proximidade”, caracterizada pelo caráter geográfico do acontecimento; a “morte” desperta interesse fundamental para o jornalismo; além disso, o fato policial carrega a “novidade”, que para o autor é o relato de um acontecimento novo do dia-dia da comunidade, provocando a curiosidade; estende-se no “tempo”, exigindo o desdobramento em outras publicações, com o acompanhamento do caso; e caracteriza-se pelo “inesperado”, fundamentado pelo fato sem previsibilidade ter mais chances de se tornarem notícias.

A cobertura policial é destaque na imprensa pela forma sensacionalista, tendo como pioneiros os jornais franceses do século XIX, que tinham muito sucesso pela forma como repassavam as notícias aos leitores. Eram estampados nas capas “crianças martirizadas ou violadas, parricídios, cadáveres cortados em pedaços, queimados ou enterrados” (SOBRINHO, 1995, p. 13).

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. (SOBRINHO, 1995, p. 10).

Sobrinho (1995) reforça a tese de que o sensacionalismo usado pelo jornalismo policial garante a audiência, corroborando que tanto o leitor do jornal não sensacionalista quanto ao sensacionalista se interessa pelo crime, tragédia ou catástrofe.

Além do sensacionalismo, a morte é uma das características mais latentes do jornalismo policial. Souza (2009) diz que os crimes hediondos, por exemplo, são as

principais matérias-primas para a referida editoria, com presença constante em noticiários. A afirmação é sustentada por Sobrinho (1995), que avalia o jornalismo policial como estilo “ligado ao homicídio, à morte e ao sangue derramado. O sangue representa simbolicamente esse gênero de imprensa” (SOBRINHO, 1995, p.64).

O estudo elegeu a análise das fontes pela importância que elas assumem na produção jornalística, sendo elemento imprescindível para definir a natureza, características e qualidade do agendamento de um tema, apontando o tratamento público (ou não) por parte do jornalismo.

Lage (2002) corrobora com o autor ao afirmar que o jornalista não é a fonte da notícia produzida, mas sendo o profissional que apura as informações a fim de resultar em um texto a ser apreciado pelos receptores da mensagem.

A mensagem é codificada e através do canal, vai da fonte ao receptor. Ressalvamos o fato de que o sistema produtor de notícias não é em sentido absoluto uma fonte, mas um codificador inteligente, dotado de competência definida para intervir na mensagem. Ao codificá-la, o receptor não é único, mas plural, indefnido e atuante. Fontes e receptor estão imersos no meio social. (LAGE, 2002, p. 25).

O uso de fontes no jornalismo é uma estratégia para imprimir veracidade aos fatos narrados pelo repórter. A pluralidade de fontes é fundamental por garantir a qualidade do relato, considerando as múltiplas leituras e abordagens sobre um mesmo fato que são proporcionadas pela diversidade de discursos que circulam, por meio das fontes.

As fontes são tipificadas por diversos autores. “As classificações possíveis são muito diversas, de acordo com o parâmetro a que se faz referência: por exemplo, podem distinguir-se as fontes institucionais das fontes oficiosas ou as estáveis por oposição às provisórias” (WOLF, 1999, p. 223).

Para Lage (2002), as fontes podem ser tipificadas por oficiais, oficiosas e independentes. A primeira é aquela que fornece informações em nome do Estado, empresas, organizações e classes sindicais. As oficiosas são as que possuem relação formal com determinada instituição, no entanto, sem poder de representação. No caso das independentes, são fontes sem relação direta com o referido caso. Conforme Wolf (1999), Gans classificou as fontes em institucionais, oficiais, oficiosas, provisórias, passivas, ativas, conhecidas e desconhecidas. Segundo ele, todas têm sua característica e importância de acordo com a exigência de determinada situação.

Ainda sobre a tipificação de fontes, Schmitz (2011) diz que elas podem ser oficiais, empresariais, institucionais, populares, notáveis, testemunhais, especializadas e referências.

Cabe ressaltar que apesar da nomenclatura diferente na tipificação das fontes, em todas as divisões existem as fontes oficiais que, segundo Schmitz (2011), são aquelas que ocupam determinado cargo público que representam órgãos do Estado, sejam eles do legislativo, executivo ou judiciário, além de entidades com relação direta ou indireta com os poderes. A fonte oficial “é a preferida da mídia, pois emite informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público” (SCHMITZ, 2011, p. 25).

2. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa colheu informações sobre a natureza das fontes das matérias da editoria de polícia produzidas nos dez primeiros dias de abril de 2015 no G1 Amapá e SelesNafes.Com. O período foi escolhido de forma aleatória por se tratar de um estudo de caráter exploratório a fim de analisar o uso das fontes nos conteúdos publicados.

O percurso metodológico inclui a análise de conteúdo (FONSECA JUNIOR, 2011), tomando como referência a editoria especializada em cobertura policial de ambos os *sites* noticiosos. A partir da seleção do material, observou-se especificamente a utilização de fontes nas notícias publicadas, considerando Schmitz (2011).

De imediato a proposta foi verificar qual a predominância de fontes utilizadas. O pressuposto da análise de cobertura é verificar a natureza e características gerais do agendamento da pauta de segurança pública pelos portais, a partir da origem e tratamento das informações pelos repórteres, na perspectiva de observar o fluxo de informação policial no jornalismo *on line* do Amapá, considerando a inserção e importância desses veículos digitais na esfera jornalística local.

Foram observados os tipos de fontes usadas no G1 Amapá e SelesNafes.Com e a relação entre elas pela busca do contraditório e pluralidade dos pontos de vistas observados com as fontes nos referidos fatos noticiados, levando em consideração que “a melhor forma de atrair o público

para as notícias é oferecer-lhe um relato equilibrado das questões” (COMASSETTO, 2003, p. 43).

A análise do objeto de estudo se deu pelos tipos de fontes citadas nos textos publicados no G1 Amapá e SelesNafes.Com. Com base nas informações coletadas em ambos, um quadro demonstrativo foi montado para ilustrar quais são as fontes mais comuns nas matérias de polícia, de acordo com a classificação definida Schmitz (2011).

Em linhas gerais, a preferência por fontes oficiais na mídia é observada de forma qualitativa e quantitativa nos portais de notícias analisados. Mesmo com a variedade de fontes, conforme citadas anteriormente, o G1 Amapá e SelesNafes.com optam pela versão da polícia em ampla maioria das notícias publicadas no período de análise, colocando em risco a credibilidade e veracidade dos fatos estampados nas páginas dos portais.

Em uma cobertura policial, em que determinados fatos são considerados complexos na interpretação de propagação das informações colhidas pelos jornalistas por envolverem mais de um ator no fato, a visão policial escolhida como fonte pelo jornalista, fica evidente pela facilidade das fontes oficiais no acesso aos meios de comunicação em razão da autoridade que exercem na sociedade.

Os jornalistas preferem as fontes oficiais porque são mais fáceis de contatar e porque são consideradas tanto mais informadas como mais credíveis. Fishman (1980) concluiu que a dependência dos jornalistas das rotinas também influencia a sua análise das notícias. (TRAQUINA, 2005, p. 121).

A busca pela imprensa às fontes oficiais gera um risco de dependência, colocando a polícia como instituição de agendamento da pauta noticiosa. Coronel da Polícia Militar e presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Augusto Severo (VEIGA, 2008), diz que a legitimidade do uso frequente da polícia como fonte principal é dada pela opinião pública como resultado do reflexo das próprias escolhas feitas pela imprensa nas coberturas dos fatos. “Quem nos ajuda a formar a opinião pública é a imprensa. Por isso, é importante que sejamos capazes de estabelecer relações de compreensão entre repórteres, editores e policiais” (SEVERO apud VEIGA, 2008, p. 11).

Pacheco (2005) comenta que a editoria policial é uma das mais difíceis de fazer cobertura por causa do contexto social que às vezes o jornalista deve se atentar ao relatar um fato ao público. Ele critica o discurso usado pela imprensa quando o assunto é tratado pela falta de esclarecimento da população por parte da mídia.

O discurso dos repórteres e apresentadores de programas policiais não condiz, na maior parte, com a própria realidade do que está sendo praticado. Atualmente, a mídia não está cumprindo com a sua principal função, que é a de esclarecer a opinião pública e de levar conhecimento e cultura à sociedade em que está inserida. (PACHECO, 2005, p. 15 e 16).

Melém (2011) corrobora sobre a complexidade da cobertura policial. A autora afirma que o discurso do jornalista pode ser considerado como uma tarefa diária dos profissionais de redação para poder escrever de forma compreensível para todos os tipos de público sobre roubos, furtos, sequestros, assaltos e homicídios, por exemplo.

As fontes oficiais, na maior parte das vezes, repassam ao repórter o acontecimento, mas não com uma visão jornalística de forma isenta. Dessa forma, pode a notícia perder em qualidade, uma vez que o repórter apresenta dificuldade para relatar o fato. Além disso, é fácil ocorrer equívocos na veiculação da notícia. (PACHECO, 2005, p. 20).

Antes da análise da amostra de fontes colhida nos sites G1 Amapá e SelesNafes. Com, cabe apresentar um breve histórico desses objetos de estudo.

3. SITES PESQUISADOS

O site G1 Amapá foi lançado em 7 de junho de 2013. Com uma equipe de 12 jornalistas, o portal possui em média 1,2 milhão de acessos mensais, segundo informações fornecidas pela sua coordenadora, Lorena Kubota, durante entrevista concedida aos autores no dia 16 de abril de 2015. O veículo cobre notícias do cotidiano, política, meio ambiente, cultura, polícia, dentre outras editorias locais, a exemplo do esporte, que possui hospedagem com endereço próprio: globoesporte.com/ap.

O site faz parte do portal G1, lançado em 2006, e que atualmente têm filiais em mais de 40 cidades do país. Os sites em âmbito nacional e regional também buscam relação com o jornalismo da TV Globo (nacional) e Rede Amazônica, no caso do Amapá. As redações compartilham, ainda, o acesso a um mesmo servidor que reúne informações como matérias, agenda de contatos, espelhos e pautas de jornais da

TV Globo e Rede Amazônica. A redação nacional do G1 fica em São Paulo, mas o portal mantém sucursais no Rio de Janeiro e em Brasília, além de filiais nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal.

O site SelesNafes.Com foi fundado em dezembro de 2013, segundo o próprio responsável pelo portal, o jornalista Seles Nafes, para ser inicialmente um blog. Mas a produção feita pelo veículo resultou na modificação do perfil para um site de notícias cotidianas. Atualmente, conta com seis jornalistas e três articulistas, que escrevem artigos semanais para o site, que também conta na equipe com o suporte tecnológico de um *web designer* e uma empresa especializada. O veículo cobre política, polícia, cidades, cultura, comportamento e emprego. São mais de 500 mil acessos mensais, de acordo com o anúncio na *home*.

Entre 1º a 10 de abril de 2015, o G1 Amapá e SelesNafes.com utilizaram de forma bastante frequente as entrevistas oficiais como fontes de informações nas matérias de coberturas policiais. Foram produzidos 60 textos, sendo 38 no G1 Amapá e 22 no SelesNafes.Com. Afim de analisarmos cada texto publicado, elegemos categorias de fontes utilizadas por Schmitz (2011) para elaborarmos um quadro para identificar quantitativamente a predominância das fontes.

De acordo com os dados coletados, podemos dividir as fontes predominantemente em três categorias dentre as elencadas por Schmitz (2011): a oficial, popular e testemunha. Na primeira, o estudo utiliza a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil por desempenharem “função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam

os poderes constituídos” (SCHMITZ, 2011, p.25); na segunda estão familiares, suspeitos e vítimas tendo em vista que suas manifestações falam por si mesmo, sem vínculo com qualquer instituição ou grupo social; como testemunhal estão as pessoas que presenciaram o fato, entrevistadas pelos veículos e usadas textualmente nos conteúdos. Para o referido autor, esse último tipo de fonte é usado como álibe pelo jornalista em razão da possibilidade de ser um agente portador do relato da realidade do acontecimento, servindo para preencher lacunas da apuração.

Quantitativamente, os 60 textos produzidos reuniram o total de 72 fontes pelos veículos. Dessas, 52 eram oficiais, correspondendo a 72.2%. As outras fontes usadas com mais frequências foram as populares, com 22.2% e testemunhais, com apenas 5.6%. Não foram identificadas outras classificações nos textos analisados, a exemplo de advogados ou especialistas em segurança pública, que poderiam ser enquadrados como “notáveis” e “especializadas”, respectivamente, conforme definição de Schmitz (2011). O quadro abaixo ilustra as informações.

[TABELA 1] QUANTIDADE E TIPOS DE FONTES USADAS NO PERÍODO DE 1º A 10 DE ABRIL DE 2015

FONTES	G1	SELESNAFES.COM	TOTAL	%
Oficiais	34	18	52	72.2%
Populares	11	5	16	22.2%
Testemunhais	1	3	4	5.6%
Total	46	26	72	--

Fonte: Autores, 2015.

A predominância das fontes policiais, que neste caso, são oficiais, é evidente. Essas mesmas fontes aparecem em 52 textos. Por causa da grande quantidade de produção do período em foco, este trabalho destacou matérias que tiveram repercussão em número de acessos para mostrar como essas fontes são usadas pelo G1 Amapá e SelesNafes.Com.

Na matéria publicada em 10 de abril pelo G1Amapá com o título “Empregada doméstica participou de assalto, diz polícia”

mostra a relevância dada pelo veículo à fonte oficial logo na chamada do texto. A matéria foi uma suíte de um assalto ocorrido no dia anterior, na casa de um empresário em Macapá. O portal buscou o policial que acompanhou o fato para tentar uma novidade do caso, conforme o trecho a seguir e não expôs no texto demais versões do crime, com as vítimas e testemunhas, por exemplo.

O tenente Wendel Gonçalves, do Batalhão de Operações Especiais (Bope), disse

que o envolvimento da doméstica foi descoberto após a prisão dos suspeitos em um supermercado na Zona Norte onde ocorreu a troca de tiros. “Todos estavam com armas de fogo e entraram na casa após serem avisados por ela através de mensagens. Outras três pessoas estavam no imóvel, a filha do dono e mais dois homens de uma empresa de limpeza de central de ar. Eles foram amarrados e agredidos”, detalhou. (G1 AMAPÁ, 10/04/2015).

Na matéria “Aposentado preso teria comprado menina de 10 anos por R\$ 6 mil, no AP”, o site G1 Amapá também usa a polícia como fonte principal no texto publicado em 10 de abril. Neste caso, o veículo utiliza a fonte na forma indireta para relatar o depoimento de um idoso suspeito de comprar uma criança de dez anos ao valor de R\$ 6 mil.

Segundo a polícia, o homem contou em depoimento que levaria a menina em troca de dinheiro para colocá-la para estudar e para que a menina lhe auxiliasse em trabalhos domésticos em uma comunidade ribeirinha paraense. Exames da Polícia Técnico-Científica (Politec) do Amapá não apresentaram indícios de violência física ou sexual na garota. A negociação teria ocorrido há oito dias. Os pais da criança não foram localizados pela polícia. (G1 AMAPÁ, 10/04/2015).

Com base nesses dois exemplos de textos do G1 Amapá, é claro o domínio das fontes oficiais nas construções dos textos jornalísticos. Além da facilidade de acesso à polícia, como já mencionado por Traquina (2005), essa característica de uso frequente das fontes oficiais também pode ser explicada por Wolf (1999). Ele avalia os dois lados dessa utilização, acreditando ser vantajoso optar por elas por causa do material

fornecido ter grande probabilidade de ser mais confiável e ter mais credibilidade, mas por outro lado pondera que apesar de ser considerada uma versão oficial, as mesmas informações devem ser checadas exaustivamente com outras óticas dos referidos fatos apurados.

Ao justificar o domínio das fontes oficiais pela facilidade de acesso aos jornalistas, Wolf (1999) cita novamente Gans para explicar que os detentores do poder político e econômico têm acesso mais fácil aos jornalistas; ao contrário dos que não tem detêm esse poder, que dificilmente se transformam em fontes, a não ser que suas ações produzam efeitos noticiáveis negativos do ponto de vista moral ou social.

Além disso, acrescenta o autor, a repetição das fontes oficiais pode ser explicada também pela probabilidade de tê-las como fontes de informações em outra ocasião e pelo próprio interesse das oficiais em serem usadas pelos jornalistas.

A vantagem indicada refere-se ao fato de as fontes, que, em outras ocasiões forneceram materiais credíveis, terem boas probabilidades de continuarem a ser utilizadas, até se transformarem em fontes regulares. Do ponto de vista do interesse da fonte em ter acesso aos jornalistas, os fatores relevantes parecem ser quatro: a. os incentivos; b. o poder da fonte; c. a sua capacidade de fornecer informações credíveis; d. proximidade social e geográfica em relação aos jornalistas (WOLF, 1999, p. 99).

Lage (2002), no entanto, ressalta que o jornalista acaba criando o hábito de acreditar que fontes oficiais são confiáveis, tornando a repetição delas um vício praticado

nas redações. Para ele, a mentira resulta na ocupação estratégica nas intervenções de personalidades ou instituições, quando estão em jogo interesses particulares ou coletivos.

A utilização das fontes oficiais de forma repetitiva evidencia a dependência por essa modalidade de fonte para produção do conteúdo noticioso. Além disso, o uso delas pode resultar na falta da capacidade de analisar uma notícia.

É preciso muito cuidado para não cair no círculo vicioso da hierarquia rígida entre as fontes de informação, dar trela a oficialismo ou lobbies e fazer do veículo de informação uma tribuna para o jornalismo declaratório, aquele que se satisfaz com declarações de celebridade, políticos e empresário, pouco importa se sustentadas em fatos, por isso, analisar as fontes implicadas na notícia e as fontes secundárias ajuda a estruturar uma estratégia geral de abordagem do tema. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 82 – 83).

Esse vício mencionado por Lage (2002) e Pereira Júnior (2006) é possível observar também na prática quando são analisados os dados da pesquisa. É verificado que o uso da polícia como fonte oficial resultou em repetições da utilização somente em um único parágrafo, como aconteceu no texto “Homem é preso com 700 gramas de maconha em Macapá”, publicado em 3 de abril, no G1 Amapá. A reportagem, que conta a prisão de um suspeito de tráfico de drogas, é sustentada totalmente no discurso policial, a exemplo do trecho “Segundo a polícia, os PMs faziam patrulhamento de rotina na Avenida Caubi Sérgio Melo com Alameda José Viana, quando avistaram o suspeito, que tentou fugir, de acordo com a PM, quando viu a viatura” (G1 AMAPÁ, 03/04/2015).

Pereira Júnior (2006) acrescenta que as fontes defendem seus interesses, quesito fundamental que o jornalista não deve esquecer ao avaliar o uso de uma fonte na produção de um conteúdo. Ele ressalta que Nelson Traquina (2005) comenta sobre os critérios a serem utilizados para analisar as fontes, que são a hierarquia da autoridade, a produtividade e a credibilidade.

Hierarquia da autoridade – A respeitabilidade da origem da informação é um fator de grande apelo para jornalistas que preferem fazer referências a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. Quanto mais prestígio for o título ou a posição da pessoa, maior a confiança em sua autoridade. A produtividade – Fontes institucionais fornecem materiais muitas vezes suficientes para uma notícia, poupando tempo e esforço dos repórteres, que dispensam o trabalho de procurar muitas. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 81 – 82).

A preferência pelas fontes oficiais leva o jornalista a confiar em informações que podem ser consideradas arriscadas em termos de credibilidade, conforme explicado por Traquina (2005) e Pereira Júnior (2006).

Essa problemática sobre a credibilidade das fontes pode ser exemplificada na matéria “Idoso é suspeito de comprar menina de 10 anos”, publicada pelo SelesNafes. Com, em 10 de abril de 2015. O veículo usa a fonte oficial da polícia para expor o que o suspeito envolvido no crime relatado na matéria poderia ter falado às equipes de segurança pública no momento da prisão.

Casca Grossa confessou tranquilamente que deu R\$ 6 mil para os pais da menina. A garota disse aos policiais que já estava com

ele há oito dias e que ele já havia tentando acariciar as partes íntimas dela, contou o aspirante Cecílio Costa, do BRPM. (SELESNAFES.COM, 10/04/2015).

Exemplo semelhante ocorreu na matéria “Eu queria comprar roupas, diz assaltante da Unimed”, de 7 de abril de 2015, no SelesNafes.Com. Também é usada a fonte policial para dar a versão do envolvido no caso, que na referida reportagem, foi o registro da prisão de uma universitária suspeita de assaltar um hospital particular em Macapá.

Nós conseguimos informações através de uma denúncia anônima dando conta que July se encontrava na casa dos pais, onde foi buscar alguns pertences. Quando chegamos à residência ela estava terminando de guardar algumas roupas em uma sacola. Ela não resistiu à prisão e nem esboçou qualquer reação, detalhou o delegado que efetou a prisão, Glemerson Arandes. (SELESNAFES.COM, 07/04/2015).

As matérias que utilizam a fonte policial como única versão do fato, inclusive sendo a voz dos demais envolvidos nos casos, corroboram com o que Pereira Júnior (2006) defende em relação à hipótese de as coberturas policiais não mostrarem o contraditório, tendo em vista a oportunidade de defesa dos suspeitos envolvidos no caso, podendo afetar a opinião pública sobre os fatos. Na medida em que a polícia possui as interpretações e visões sobre os casos, pode-se haver uma condenação ou absolvição prévia com base somente no depoimento das fontes oficiais direcionado pela imprensa ao público.

No lugar dos fatos uma versão, sim, mas de preferência a versão oficial. (...) a versão oficial da autoridade, cujo pensamen-

to é o que mais corresponda ao órgão de imprensa, quando se trata de apresentar uma realidade de forma “positiva”, isto é, de maneira que o leitor não apenas acredite nela, mas a aceite e adote. (BIONDI, 2003, p. 30).

Ao citar Cremilda Medina, Pereira Júnior (2006) corrobora com a tese da autora de que o uso das fontes oficiais de forma única nos conteúdos é decisivo para deixar o material superficial, sem relato de cenas de quem presenciou determinado fato. Ao priorizar as fontes oficiais, o repórter perde a possibilidade de apresentar relatos humanos que são fundamentais para construir significados sobre os fatos narrados.

Para Felipe Pena (2005), cada fonte tem uma intenção ao que vai ser declarado ao jornalista. Segundo ele, “como a boa fé não é propriamente a característica mais comum de determinadas fontes, principalmente, as oficiais, ainda acredito que o ceticismo é o principal elemento em nossa relação com elas”, (PENA, 2005, p. 58). Schmitz (2011, p.25) corrobora e também considera que a fonte de caráter oficial pode “falsear a realidade, para preservar seus interesses ou do grupo político” que faz parte. Pereira Júnior (2006) exemplifica como não se deve confiar somente em fontes oficiais.

É o ápice do ceticismo, que Protess aplica ao estudo de casos de pena de morte. A premissa é que as fontes oficiais (a polícia, os advogados e os tribunais, por exemplo) são sempre suspeitas e deve-se chegar mais perto das fontes básicas (suspeitos descartados, testemunhas, o condenado). (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 91).

A predominância das fontes oficiais na cobertura policial tem relação com a

perspectiva apontada em Gomes (2003) de que as mídias são dispositivos de controle e disciplina na sociedade. A linguagem jornalística mais do que representar os fatos narrados, acabam por construir a realidade na medida em que as palavras funcionam como “dispositivo disciplinar, educando na configuração por ela oferecida e nas articulações derivadas desta configuração” (GOMES, 2003, p. 67).

A cobertura sobre a violência, portanto, tem um efeito que se distancia de uma abordagem contextual e aprofundada sobre o sentido que permeia os fatos retratados na cobertura policial. Nesse apagamento que desconsidera as contradições envolvendo a produção social da violência, estão as palavras de ordem como disciplinadoras, a exemplo das denominações de ‘bandidos’, ‘sequestradores’ e ‘homicidas’, fazendo com que a pessoa envolvida tenha um pré-julgamento imposta pela interpretação gerada pela veiculação do fato pela mídia.

As palavras de ordem como voz de ordenação (...) opera por uma lógica da emancipação: da limpeza e da erradicação do mal, este último como produto espontâneo sempre desviante. Passa-se a borracha sobre o fato básico de que o desvio supõe uma ordem instituída a se que se atribui uma naturalidade. Ora, nesse caso devemos pensar em desvios do que, de que ordem; devemos pensar a que remete essa fragmentação (GOMES, 2003, p. 71).

A partir desse entendimento, observa-se na editoria de polícia que toda informação é uma palavra de ordem. As palavras como efeitos tem uma ação performática e são colocadas a serviço da disciplina do mecanismo, termo usado por Foucault para

designar um poder eficiente por torná-lo mais rápido, leve e eficaz (GOMES, 2003).

Esse pré-julgamento que os envolvidos podem ter com a veiculação do fato como notícia na cobertura policial “é capaz de prejudicar a imagem da pessoa ou da instituição que cometeu erros ou infringiu normas”. (SOUZA, 2009, p. 3).

Por despertar a atenção dos espectadores, o “interesse do público” no jornalismo policial pode cumprir o papel de reforçar valores humanos e sociais, demonstrando o que é certo ou errado fazer, além de complementar os efeitos do “interesse público”, ao sensibilizar cidadãos em torno de uma determinada questão. (SOUZA, 2009, p.8).

Souza (2009) completa afirmando que as matérias jornalísticas de “interesse do público” atuam como incentivo ao controle das autoridades e instituições envolvidas no crime, pelos cidadãos receptores das mensagens.

Caso a abordagem da violência de crimes bárbaros fosse superficial e rápida, a mídia passaria uma imagem de conivente com a dura realidade, como se o ocorrido fosse algo comum que não devesse ser destacado. Ao abordar com frequência, a televisão cumpre sua função social de expor o que é certo ou errado, através de um exagero que gera lucro. (SOUZA, 2009, p.9)

Apesar de predominância verificada nos textos do G1 Amapá e SelesNafes.Com, o estudo encontrou dois textos, sendo um em cada site, que utiliza um tipo de fonte a mais além oficial, como acontece, por exemplo na “Vela acesa em quarto pode ter causado incêndio que destruiu casa”,

publicada em 8 de abril pelo G1 Amapá, que utiliza três fontes, o Corpo de Bombeiros, como oficial; uma testemunhal e a vítima, como popular.

O tenente coronel do Corpo de Bombeiros, Roberto Neri, conta que a família repassou as suspeitas aos bombeiros que foram ao local, ainda na terça-feira. Segundo ele, a família ainda não solicitou a realização da perícia na residência. (...) O morador Weverson Viana, de 41 anos, conta que as chamas iniciaram em um quarto que estava trancado. (...) A autônoma Elizângela Ramos, 40 anos, revela que os familiares tentaram salvar objetos pessoais e móveis que estavam na residência. Mas as chamas consumiram a maior parte dos bens da família. (G1 AMAPÁ, 08/04/2015).

No SelesNafes.Com, a utilização de mais fontes é verificada no texto “Psicóloga é executada a tiros”, de 5 de abril de 2015. A matéria tem a presença de três fontes. Cada uma foi utilizada para apresentar uma informação diferente do caso, e não diferentes versões do mesmo fato.

Segundo testemunhas, dois homens armados desceram de um carro e atiraram contra Patrícia. (...) De acordo com o Centro Integrado de Operações em Defesa Social (Ciodes), na sexta-feira, 3, ela foi conduzida para a Delegacia de Crimes Contra a Mulher (DCCM). (...) De acordo com familiares, o motivo foi uma briga entre Daiane Patrícia e a ex-esposa do marido da psicóloga. (SELESNAFES.COM, 05/07/2015).

Neste sentido, Pena (2005) reforça sobre a importância da utilização de mais pontos de vistas sobre um caso.

A fonte de qualquer informação nada mais é do que a subjetiva interpretação de um fato. Sua visão sobre determinado acontecimento está mediada pelos “óculos” de sua cultura, sua linguagem, seus preconceitos. E, dependendo do grau de miopia, a lente de aumento pode ser direcionada para seus próprios interesses. (PENA, 2005, p. 57).

A forma como a fonte oficial é usada resulta até em críticas de autores sobre a apuração das notícias. Pereira Júnior (2006) diz que passar uma informação para o leitor não é simplesmente repassar uma informação que uma fonte oficial tem a relatar para uma matéria e excluir demais pessoas que também podem ser incluídas no conteúdo.

Todo cuidado é, portanto, pouco para não se flertar a indiferença, não fazer o jogo das fontes ou transformar a assepsia instrumental em defeito ético. O risco em cada um desses casos é, em parte, selecionar informações alheias que, no fundo, são a de sua preferência e, com isso, passar opinião que, na verdade, é a sua – o que significa, por exemplo, usar a fonte especializada para passar recibo para a sua pauta ou amealhar aspas desamparadas de fatos, apenas na celebridade de quem as declara (que, em si, raramente garante informação consistente). (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 94 – 95).

Pela falta do contraditório e pluralidade na cobertura policial, o jornalista Márcio Pessoa entrevistado pelo pesquisador Pacheco (2005), diz que o jornalismo policial acaba perdendo a essência da responsabilidade de informar com aprofundamento dos fatos.

O jornalismo responsável tem como objetivo propor uma investigação mais apro-

fundada dos fatos, coberturas mais amplas e discussões mais democráticas, para melhorar as condições culturais e sociais dos cidadãos. Apurar também com mais fundamentação todas as notícias que são veiculadas nos meios de comunicação, filtrando o que pode ou não contribuir para melhorar o dia-a-dia das pessoas. (PESSOA apud PACHECO, 2005, p.22)

CONCLUSÃO

Depois de analisar as matérias de maneira quantitativa e qualitativa da editoria de polícia nos sites G1 Amapá e SelesNafes.Com, é possível afirmar que ambos os veículos são dependentes de fontes oficiais no relato dos fatos policiais no Estado.

O uso das aspas de fontes oficiais perante o não uso de demais fontes sobre um fato acontece em mais de 70% dos conteúdos publicados entre 1º a 10 de abril, tornando os fatos com apenas uma versão, a relatada pelas polícias, seja ela Militar ou Civil.

Em todos os textos, é perceptível a predominância de detalhes de como o fato aconteceu, onde ocorreu e quem se envolveu. A única visão dos fatos deixa em evidência, também, a falta de preocupação do jornalismo local com o contraditório e a humanização de relatos de pessoas que podem ter presenciado ou se envolvido no caso, colocando até em risco as informações dos fatos colocados na matéria por causa da possibilidade de existir outras versões sobre elas.

Nas matérias em que as testemunhas são utilizadas, as pessoas são identificadas, assim como os policiais e as delegacias envolvidas. Assim, este trabalho reforça a tese dos diversos autores citados neste artigo, que apontam para dependência dos veículos de comunicação com as fontes oficiais e os riscos que isso pode causar.

A utilização apenas da fonte oficial pode comprometer a qualidade do material, resultando até em uma condenação prévia de um envolvido no caso, por exemplo, por causa da falta do contraditório e pluralidade nas versões sobre o ocorrido. Além disso, a forma correta da produção jornalística vai de encontro com a ética da profissão, fazendo o público formar uma opinião de um fato diretamente ligada à forma como ela foi repassada pela imprensa. A mídia tem o papel de formar cidadão, não se abstendo da deformação de um fato criminoso para causar prejuízos a determinada pessoa apenas pelo motivo de não ter tempo hábil para apurar profundamente a informação. Isto é, nos tempos atuais, são os jornalistas que devem se adequar a demanda da agilidade da informação, e não o contrário. ■

[ANTONIO CARLOS SARDINHA]

Mestrado em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil (2011).
Doutorando da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
Email: sardinhajor@yahoo.com.br

[ABINOAN SANTIAGO]

Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá. Mestrando do Programa de Pós-Grauação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Email: abinoansantiago@gmail.com

REFERÊNCIAS

BIONDI, Aloysio. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

CHALABY, Jean. **O jornalismo como invenção anglo-americana**: comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano, 1830-1920. Coimbra: Mass & Media, 2003.

CHAPARRO, M.C. **Linguagem dos conflitos**, Coimbra: Minerva, 2001.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean. **Nature e transformation du journalisme**: théories et recherches empiriques. Québec: Les Presses de L'Université Laval, 2004.

COMASSETO, Leandro Ramires. **As razões do título do lead: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia**. Concórdia: UnC, 2003.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker editores e EDUSP, 2003.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A Apuração da Notícia** – Métodos de investigação na imprensa. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

MELÉM, Viviane de Nazaré de Oliveira. Jornalismo policial: uma análise dos critérios de noticiabilidade do caderno polícia, do jornal Diário do Pará. Puçá: **Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**. Belém, v. 1, n1. p. 26-50, jan./jun, 2011.

PACHECO, Alex Rômulo. **Jornalismo policial responsável**. Biblioteca online de ciências da comunicação. Lisboa: LabCom, 2005.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégicas das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SILVA, Fernando Firmino da. Jornalismo móvel digital: uso das tecnologias móveis digitais e a reconfiguração das rotinas de produção da reportagem de campo. **Tese Doutorado em Comunicação**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2013.

SOBRINHO, Danilo Angrimani. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

SOUSA, Maíra. **Reconfigurações do jornalismo**: das páginas impressas para as telas de smartphones e tablets. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Santa Cruz do Sul, 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2014.

SOUZA, Anamaíra Pereira Spaggiari. **Jornalismo Policial Sensacionalista**: Entre a Audiência e a função social. In: INTERCOM, 2009, Curitiba, XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: UFJF, Juiz de Fora. 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Vol. II** – A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VEIGA, Isabela R. **A cobertura jornalística das operações da Polícia Federal**: um olhar sobre a história do jornalismo e a notícia como construção social. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação – Mass media**. 5ª ed. Lisboa: Presença, 1999.